

HABEAS CORPUS Nº 502.228 - SC (2019/0094039-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : MAICON FERNANDO ORO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **MAICON FERNANDO ORO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Na origem, constata-se a condenação do paciente à pena de 2 anos de reclusão, em regime aberto, pela prática do crime do art. 15 da Lei n. 10.826/2003, substituída por duas restritivas de direitos.

O TJSC negou provimento ao apelo defensivo.

Neste *writ*, a defesa alega manifesto constrangimento ilegal, sob o argumento de que a decisão impugnada afronta o disposto no art. 147 da Lei n.º 7.210/84, bem como a orientação pacificada por esta Corte Superior de não se admitir a execução provisória da pena restritiva de direitos.

Assevera, ademais, ilegalidade na substituição por duas restritivas de direitos, sem a devida fundamentação, e não apenas uma restritiva e multa.

Pleiteia, liminarmente, seja determinada a suspensão da execução provisória da pena restritiva de direitos, e, no mérito, a correção da pena.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrado, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, vislumbro a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Isso porque, ao tempo em que vigorava o entendimento, no Supremo Tribunal Federal, da possibilidade de execução provisória das penas privativas de liberdade (ou seja, antes do julgamento do HC 84.078/MG, Re. Ministro Eros Grau, julgado em 5.2.2009), não se autorizava a execução das penas restritivas de direitos antes do trânsito em julgado da condenação, consoante se infere dos seguintes precedentes:

"AÇÃO PENAL. Sentença condenatória. Pena privativa de liberdade. Substituição por pena restritiva de direito. Decisão impugnada mediante agravo de instrumento, pendente de julgamento. Execução provisória. Inadmissibilidade. Ilegalidade caracterizada. Ofensa ao art. 5º, LVII, da CF, e ao art. 147 da LEP. HC deferido. Precedentes. Pena restritiva de direitos só pode ser executada após o trânsito em julgado da sentença que a impôs."

(HC 88.413, Rel. Ministro CEZAR PELUSO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/05/2006, DJ de 9/6/2006).

"HABEAS CORPUS. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. VEDAÇÃO. O entendimento desta Corte é no sentido de que a execução da pena restritiva de direitos só pode ocorrer após o trânsito em julgado da sentença condenatória. Ordem concedida."

(HC 88.741, Rel. Ministro EROS GRAU, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/05/2006, DJ de 4/8/2006).

Dessa forma, observado esse posicionamento anterior do STF e considerando o disposto no art. 147 da Lei de Execução Penal ("Transitada em julgado a sentença que aplicou a pena restritiva de direitos, o Juiz da execução, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, promoverá a execução"), entendo não ser possível a execução provisória de penas restritivas de direitos.

Vale ressaltar que a 3ª Seção do STJ, aplacando divergência que existia entre a 5ª e a 6ª Turmas acerca da matéria, pacificou o tema no âmbito desta Corte, decidindo que não se procede à execução provisória de penas restritivas de direitos (ERESP 1.619.087/SC, Rel. p/ o acórdão o Ministro JORGE MUSSI, julgado em 14.6.2017, DJe de 24.8.2017).

Ante o exposto, **defiro** a liminar para suspender a execução provisória da pena restritiva de direitos (Ação Penal n. 0006530-63.2006.8.24.0067), até o julgamento do mérito do presente *habeas corpus*.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e ao Juízo da Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator